

OMIA/NEGÓCIOS

Dívida Externa

de Paris negociar com Governos

Brasília — Para o Brasil recorrer ao Clube de Paris falta apenas o “sinal verde” do Presidente Figueiredo, que retorna depois de amanhã ao país. Entre os Ministros Delfim Neto, do Planejamento, Ernane Galvêas, da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, já cristalizou-se o consenso de que esse novo passo é indispensável, de acordo com revelação de alta fonte do Governo, confirmada por outro qualificado funcionário que participa da renegociação da dívida externa.

Como essas três autoridades executam uma política de administração das contas externas em estreita sintonia com o Palácio do Planalto, uma das fontes sentiu-se segura o suficiente para afirmar que o Brasil “vai” mesmo ao Clube de Paris, dependendo unicamente de consentimento do Presidente.

Moratória negociada

A data está condicionada à revisão do acordo com o FMI, esperado para o final deste mês, e seu propósito é obter mais um aval para a política de ajustamento da economia brasileira. Concluída, essa operação equivalerá a uma alternativa de “moratória negociada”, na versão de uma das fontes. Segundo suas explicações, a nova estratégia montada pelas autoridades econômicas para escapar à insolvência, desde que o FMI e os bancos privados congelaram suas liberações de recursos, é composta de três movimentos.

Começa com a revisão do acordo com o Fundo; inclui um novo empréstimo-jumbo com os bancos privados; e termina com a ida ao Clube de Paris. No entanto, confidenciou a fonte, em vez de designar tal estratégia de “moratória”, as autoridades dela encarregada preferem o termo “fase dois” da renegociação. Na verdade, a ida do Brasil ao Clube de Paris significaria, para os bancos credores, mais um poderoso aval para o projeto de renegociação que acertaram com o Brasil em dezembro do ano passado.

A fonte comentou que, recentemente, ao centralizar as operações cambiais no Banco Central, o Governo brasileiro adotou uma medida unilateral, que a princípio amedrontou os bancos, mas represen-

tou uma cartada decisiva para que eles liberassem as parcelas de rolagem da dívida externa contabilizadas no projeto 2 (renegociação da dívida com os bancos a vencer em 83). Como o Brasil vinha atrasando os pagamentos de juros, os credores resolveram adiar o ciclo completo da rolagem, mantendo as quitações depositadas no Banco Central, mas sem autorizar seu repasse a um novo tomador.

Outra questão que tem chegado à opinião pública pela metade é o caráter do impasse com o FMI. A fonte informou que “revisão do acordo” é o tipo de negociação que a instituição não admite. O FMI tem uma liturgia — comentou — na qual a revisão é claramente profana, pois, na verdade, implica em esquecer o passado e iniciar um novo programa “de 18 meses (junho de 1983 a dezembro de 1984)”. Assim, a terceira Carta de Intenção representará um segundo programa com o Fundo.

Derradeira cartada

Ao negociá-lo, o FMI, na prática, vê-se obrigado a abdicar de uma taxa de inflação anual para este ano, fixando-se apenas no número final (discute-se 150%). Mas em contrapartida exige uma drástica redução para 84 (até 50%). Nisso está implícito que os técnicos do Fundo admitem o estouro dos preços como reflexo de dois fatores imprevisíveis: maxidesvalorização e enchentes no Sul.

A fonte que participa das discussões sobre a revisão do acordo esclareceu que seu fechamento é condição indispensável para a ida ao Clube de Paris, uma vez que este não assumiria riscos sem respaldo da auditoria do Fundo. O Clube será capaz de funcionar como segundo avalista face aos bancos privados, uma fonte adicional de recursos muito necessária, porque renegocia as dívidas com seus bancos nacionais, que concederam ao Brasil créditos vinculados à importação, e simbolizará a garantia de restabelecimento da credibilidade do país.

Esta fonte caracterizou o apelo ao Clube de Paris como “derradeira cartada” para escapar à moratória, argumentando que no momento o Brasil desceu à última escala da disponibilidade de fiança internacional.